

ÁGUA, GÊNERO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

MUPAN e UFMS abrem 150 vagas para formação
de lideranças em Mato Grosso do Sul



Artigo:
Educação Ambiental, Políticas
Públicas e Participação

Encontre novas
produções em EA,
gênero e água

Conheça a Ong Mulheres
em Ação no Pantanal
(MUPAN)

REVISTA AGUAPÉ

Edição e diagramação: Allison Ischy – jornalista profissional diplomado, DRT/MS 171

Reportagens: Fernanda Prado S. Shakihama

Produção e revisão: Áurea da Silva Garcia

Ilustrações: Ziraldo (capa e outras), gentilmente cedidas pela Aliança Gênero e Água (Gender and Water Alliance – GWA), e Paulo Moska, gentilmente cedidas pelo Núcleo de Ecomunicadores dos Matos (NEM).

Fotos: Mupan

Impressão: Gibim Gráfica e Editora LTDA

Tiragem: 2.000 exemplares

EQUIPE DO PROJETO GAEA

Coordenação: Áurea da Silva Garcia (MUPAN) e Icléia Albuquerque de Vargas (UFMS).

Projeto Político Pedagógico (PPP): Diego Correia da Silva

Ministrantes das disciplinas: Allison Ischy (Rede Aguapé, NEM), Angela Maria Zanon (UFMS, GEPEA/MS, Rede Aguapé), Áurea da Silva Garcia (Mupan, GEPEA/MS, Rede Aguapé, GEASF), Diego Correia da Silva (GEPEA/MS, Rede Aguapé), Icléia Albuquerque de Vargas (UFMS, GEPEA/MS, Rede Aguapé), Patrícia Lima Ortelhado (Mupan, GEPEA/MS, Rede Aguapé, GEASF), Patrícia Zerloti (GEPEA/MS, Rede Aguapé, NEM), Shirley da Silva Matias (Mupan, Rede Aguapé), Sílvia Cordeiro das Neves (UFMS), Simone do Valle Leone Peinado (Mupan, GEPEA/MS, Rede Aguapé), Suzete Rosana de Castro Wiziack (UFMS, GEPEA/MS, Rede Aguapé), Synara Aparecida Olendzki Broch (UFMS, Rede Aguapé)

Responsáveis pela Tutoria: Áurea da Silva Garcia, Daniella de Souza Masson, Patrícia Lima Ortelhado, Shirley da Silva Matias, Simone do Valle Leone Peinado.

Bolsistas: Adrielly Ferreira Vilela (UFMS), Daniella de Souza Masson (UFGD), Suelen Sandim (UFMS).

ÍNDICE



Ziraldo / GWA

Pág. 3 - Editorial

Págs. 4 a 7 - Artigo “Educação Ambiental, Políticas Públicas e Participação”

Págs. 8 e 9 - Reportagem especial: “Todos para melhor cuidar das águas”

Págs. 10 e 11 - Acesse no site www.mupan.org.br artigos, relatos e materiais de apoio disponibilizados pela equipe, cursistas e convidados do Projeto de Formação de Multiplicadores para Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental. São as primeiras produções disponibilizadas com livre acesso pela MUPAN e UFMS.

Pág. 12 - Conheça a história e as ações da Ong Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN)

LIVRE REPRODUÇÃO

“Todo e qualquer conteúdo da Revista Aguapé pode ser reproduzido, distribuído e multiplicado desde que citadas as fontes e que o fim não tenha caráter lucrativo”.

EDITORIAL

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando assim, sua “convivência” com o regime opressor.

Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada ao sério empenho de reflexão para que seja práxis.



Paulo Freire

Paulo Maska / NEM

A participação pública no processo de tomada de decisões é um passo imprescindível para a construção de uma democracia que propõe ações de transformação. Ao mesmo tempo, a água de cada dia é um recurso natural indispensável para a manutenção dos ambientes naturais e sociais, dotado de valor econômico e de domínio público. Em situações de escassez, por exemplo, a legislação garante seu uso prioritário para a dessedentação de humanos e animais.

A água no mundo continua sendo a mesma desde a criação do planeta. Mas como está a qualidade do ouro líquido? Quanto pagamos para consumir água quimicamente tratada, para evitar danos por causa da contaminação a que está sujeita, desde a captação até chegar a nós, consumidores?

Às vezes é bastante ilógico pensar que dezenas de milhões de brasileiros em muitas cidades estão consumindo água com “contaminantes emergentes”, provenientes de resíduos de cosméticos, produtos de higiene, medicamentos, limpeza etc. A cada ano 1.000 novos contaminantes são encontrados na água de consumo. A principal preocupação está nos interferentes endócrinos, substâncias que afetam o sistema hormonal humano e animal.

Para se ter ideia, em pesquisa realizada em 2013, o Instituto Nacional de Ciências e Tecnologias Analíticas Avançadas (INCTAA) constatou que São Paulo, Campo Grande e Cuiabá, respectivamente, apresentam os

maiores índices de contaminação por cafeína, um dos indicadores utilizados nas análises de qualidade da água tratada.

A ONU, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), no relatório *O Estado da Ciência dos Produtos Químicos Interferentes Endócrinos*, faz um alerta ao mundo: “A saúde humana e animal depende da capacidade de reprodução e desenvolvimento normais, o que não é possível sem um sistema endócrino saudável”.

Segundo um ditado popular, quem tem informação vive melhor. Todos dependemos de água de qualidade para viver, mas estamos mesmo bebendo água pura? Onde existe água, existe vida. Desta forma, como podemos imaginar o desenvolvimento, a evolução a partir de água contaminada? O que acontece quando 40 milhões de habitantes brasileiros tomam todos os dias doses de café, anticoncepcional, resíduos químicos de produtos de limpeza, cosméticos etc. a médio e longo prazo? Ainda sabemos muito pouco.

Em sua 16ª edição a Revista Aguapé fortalece o papel feminino para cuidar da água. São as mulheres quem geralmente cuidam da casa, gerenciam os recursos hídricos para a limpeza, alimentação, higiene e saúde. Na falta de água, são elas quem primeiro sofrem os impactos. Nesta edição conheça ações da Ong Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN) para formação de lideranças em educação ambiental, água e gênero.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO

Áurea da Silva Garcia, Icléia Albuquerque de Vargas,
Angela Maria Zanon e Suzete Rosana de Castro Wiziack



Paulo Moska / NEM

Versão resumida, o artigo completo com referências está disponível no site www.mupan.org.br

Hoje, muito se discute, e frequentemente estão nos meios de comunicação alguns temas ambientais emergentes como: recursos hídricos, educação ambiental, questões socioambientais, questões de gênero, resíduos sólidos, biodiversidade, desenvolvimento sustentável, conflitos sociais, direitos humanos, dentre outros que há poucas décadas sequer eram cogitados junto à população, permaneciam no âmbito de discussões de alguns grupos de cientistas, ambientalistas e simpatizantes da causa ambiental.

É fato que esses temas emergentes ganharam maior destaque na mídia a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) realizada no Rio de Janeiro. Nela, discussões variadas fortaleceram vários debates em torno de questões sociais, como as de gênero, dos direitos humanos, do acesso, conservação, proteção e gerenciamento dos recursos naturais, do desenvolvimento e consumo sustentável, da garantia da qualidade de vida para as populações.

Essas discussões fizeram consolidar assinaturas em vários documentos e protocolos: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Agenda 21; Convenção da Biodiversidade; Convenção sobre Mudança do Clima; criação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente; Princípios para a Administração Susten-

tável das Florestas, entre outros. Também durante a Rio-92, em eventos paralelos organizados pela sociedade, foram assinados o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e a Carta da Terra, importantes documentos que registraram os anseios da sociedade, não contemplados nos demais documentos.

É importante destacar que no cenário acadêmico brasileiro esses debates também são impulsionados pelos documentos, protocolos e tratados, o que favoreceu uma produção própria permitindo a contextualização das problemáticas ambientais, evidenciando as realidades locais. Outra questão a destacar é que a educação ambiental (EA) emerge como um tema cuja gênese se encontra nos movimentos sociais, tanto nacionais, quanto internacionais, com a participação da sociedade organizada preocupada com a qualidade e manutenção da vida no planeta, a partir de diferentes interesses voltados aos problemas de saneamento ambiental, conservação dos recursos naturais, direitos humanos, raça, gênero e de minorias em geral.

Nesse processo de construção, o foco da EA, por muitas vezes, esteve centrado somente na conservação dos recursos naturais, nem sempre considerando-se as relações humanas. Nesta concepção, comumente, as responsabilidades pelas ações dos cidadãos recaem sobre os siste-

mas educacionais e os órgãos de governos.

Considerando a natureza social e ambiental da educação ambiental, é possível identificar práticas em diversas áreas: assistência social, saúde, planejamento, saneamento, resíduos sólidos, além da educação e meio ambiente. Tais práticas são oriundas das políticas públicas setoriais, sobretudo as discutidas a partir de 1999, que contemplaram premissas da Política Nacional de Educação Ambiental instituída pela Lei 9.795/1999, tais como a de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007), de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), de Mudanças Climáticas (Lei nº 12.187/2009) e o Plano de Consumo Sustentável, além as orientações e regulamentações específicas Resolução CETEM/CNRH nº 98/2009 para a de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997). A importância da EA nos arcabouços legais como orientação para práticas pedagógicas e de mobilização de uma política ambiental no Brasil, pode ser percebida por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) que a inseriu dentre os seus instrumentos a EA (Art. 8º, inciso VII). É necessário lembrar que o processo de construção dessas bases legais foi orientado pela Constituição Federal e pela Lei nº 9.795, de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

No âmbito do ensino formal recentemente, em julho de 2012, a partir da Resolução nº 02 do CNE/CP, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de

ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior.

O processo de redemocratização no Brasil fez com que a gestão pública pudesse ser acelerada. Para muitos autores, houve fortalecimento da participação popular e a ascensão de novos movimentos sociais e organizações não governamentais no/para o controle social, garantido pela descentralização no exercício de um Estado Democrático em busca da governança. Também houve aumento da expectativa da efetividade de políticas sociais, sobretudo as relativas aos direitos das mulheres e minorias.

Durante o Diagnóstico sobre Gênero, Água e Participação na Bacia do Apa (GARCIA et. al., 2012) foi possível constatar que é crescente a participação feminina na administração pública municipal em cargos de chefia, tais como departamentos, diretorias e secretarias.

Entretanto, diferentemente das ações no âmbito da administração federal, essa participação não está balizada em planos e metas, são instintivas. Dos cinco municípios com população com mais de 90 mil habitantes, somente um tem capacidade instalada de atendimento às mulheres com delegacia, conselho e outras instâncias, os demais atendem pelas secretarias de ação social.

Para garantir a ampla participação no sistema democrático-participativo, é necessária a ampliação de espaços e colegiados compostos pelo poder público, setor privado e sociedade civil. Layrargues (2006, apoiado em HOGAN, 1994 e BACKER, 1991) assevera que a participação pública não só é considerada um dos

Os vários espaços constituídos, previstos legalmente, tais como comitês, conselhos e outros fóruns de discussão e deliberação, ainda não garante a participação efetiva e legítima de lideranças (GARCIA, 2008).



Oficina de educomunicação da MUPAN em San Carlos, cidade paraguaia na fronteira do Brasil, na Bacia do Apa: a comunidade define e faz sua comunicação de forma participativa, utilizando-a para melhoria da vida.

princípios fundamentais da democracia, mas, também, um fator estratégico na proteção ambiental, enfatizando:

Evidentemente, a participação do indivíduo nas decisões que afetam interesses que lhe dizem respeito, ocorre mediada por formas coletivas de reivindicação, e por instâncias institucionalizadas de participação. Daí a importância dos movimentos sociais, sobretudo do movimento ambientalista para o nosso caso, e dos órgãos colegiados consultivos ou deliberativos para a implementação de políticas públicas (LAYRARGUES, 2006, p. 135-136).

Loureiro (2006) embasado em pesquisa sobre movimentos sociais na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (1997), afirma que houve uma “retração do número de participantes, na década de 90, o que demonstra que o exercício de uma cidadania direta e participativa está comprometido, em um contexto de fragmentação social, individualismo e imediatismo”, e ainda:

(...) dentre aqueles que participam de alguma forma de organização social, a maioria atua em entidades religiosas estritamente voltadas para o culto religioso e a orientação moral. Além disso,

informam que desconhecem a existência de entidades ambientalistas e que não tem conhecimento das formas pelas quais poderiam participar (LOUREIRO, 2006, p. 31-32).

Pesquisa similar na Bacia do Alto Paraguai (BAP) em Mato Grosso do Sul, em 2007 revelou que no geral os entrevistados se consideram participativos, engajados com as questões socioambientais, discutindo-as e divulgando-as. Os verbos atribuídos para descrever a participação demonstram respostas de afirmação e de ação. Porém, uma reflexão faz-se necessária quanto a essa participação, a do “não envolvimento real” nas atividades, palestras ou cursos, ausência justificada pelos fatores tempo e falta de habilidades, levando a descontinuidades. Os vários espaços constituídos, previstos legalmente, tais como comitês, conselhos e outros fóruns de discussão e deliberação, ainda não garantem a participação efetiva e legítima de lideranças (GARCIA, 2008).

Vale ressaltar que um dos grandes gargalos do processo de participação é a legitimidade da representatividade, pois muitas vezes os anseios da comunidade não estão representados de fato, e ainda para quantificar ou qualificar a participação em um país com dimensões continentais, com o histórico político e cultural do Brasil, a representatividade e o interesse (pessoal ou coletivo) em qualquer área e espaço, seja na comunidade, na escola ou na sala de aula, passa, necessariamente, pela mobilização e formação dos representantes, para que não se transformem em “massa de manobra” (GARCIA e VARGAS, 2011).

As informações que necessariamente deveriam chegar à população, ainda hoje são privilegiadas a determinados grupos sociais, como, por exemplo, as informações veiculadas unicamente pela internet, ainda não acessíveis a parte da população, como as comunidades rurais.

Considerando que as redes televisivas abertas, principal meio de acesso às informações das classes sociais de menor renda e de maior população, não tratam diretamente de temas de interesse da sociedade.

Por outro lado, temos observado experiências em que a internet tem sido uma ferramenta, cada vez mais democrática, em que é possível o envolvimento e mobilização de alguns segmentos e temas, os quais deixam de ser localizados ganhando a adesão nas várias esferas e alcance, por exemplo, a socialização da situação indígena “Guarani Kaiowá” em Mato Grosso do Sul, que teve como grande mobilizador, as redes sociais, ganhando adesão de lideranças e protestos realizados em várias partes do Brasil e do Mundo.

Como destaca Sato e Santos (2006, p. 2), a EA sozinha não pode ser a única transformadora – é preciso o estabelecimento de uma rede de diálogos, que ainda está longe de ser concretizada, embora haja consciência das inúmeras tentativas iniciadas.

O estabelecimento de políticas, planos, programas, redes e dentre outros, resultados de orientações de plenárias internacionais, influenciam, direta ou indiretamente, no âmbito dos países envolvidos. O Brasil tem se destacado com a criação e a implementação de políticas nas diversas áreas, atendendo as normativas descritas nos protocolos e documentos internacionais. Apesar das especificidades de cada área temática, é fato que o Governo

Federal tem empreendido esforços para a articulação de políticas, planos e programas, com a criação de colegiados interministeriais e intersetoriais que refletem no desenvolvimento de ações locais. Entretanto, esses resultados muitas vezes são invisíveis à população pela falta de conhecimento, entendimento e participação efetiva na formulação e implementação dessas políticas públicas.

É importante destacar que as práticas de educação ambiental, bem como quaisquer outras discussões e políticas públicas chegam a diferentes resultados dependendo da participação social e contexto ora inserido. Assim, Educação Ambiental, Políticas Públicas e Participação Social são indissociáveis.

Dentre os temas da EA que demandam grande participação, destacam-se as questões referentes à gestão socioambiental dos recursos naturais, destacando, nesta formação, a importância da ampliação da participação das mulheres nas discussões e deliberações sobre os bens necessários à manutenção da vida, em especial a água.

As autoras são integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental em Mato Grosso do Sul (GEPEA-MS).

Áurea da Silva Garcia é turismóloga, mestre em Ensino de Ciências/EA e diretora-presidente da Ong MUPAN.

Ícléia Albuquerque de Vargas é geógrafa, doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento e professora do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências da UFMS.

Angela Maria Zanon é bióloga, doutora em Genética e professora do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências da UFMS.

Suzete Rosana de Castro Wiziack é bióloga, doutoranda em Educação e professora da UFMS.



Foto: Allison Ishy

Rio Apa, extremo sul da Região Hidrográfica do Paraguai, Bacia do Apa, município de Porto Murtinho. À esquerda, o Paraguai, à direita, o Brasil, reforça a importância da gestão compartilhada e equilibrada.

Em 2007 a Ong Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN) constatou a pouca inserção das questões de gênero nos grupos de trabalho, conselhos, comitês e organismos de bacias hidrográficas, bem como a pouca participação de mulheres nos espaços decisórios. A pesquisa obteve suporte e apoio financeiro do Centro de Apoio Socioambiental (CASA) e do Comitê Holandês da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN NL).

Em 2009, como resposta à falta de participação das mulheres em instâncias de decisão, a MUPAN elaborou um projeto para formar e mobilizar lideranças para ampliar o acesso feminino, estimulando e qualificando protagonistas em gênero, água e educação ambiental.

“A formação busca o perfil das mulheres de base, donas de casa, presidentes de bairro, agentes de saúde e de conselhos educativos, porque são estas

mulheres as mais atingidas nas problemáticas relacionadas à água. São as mulheres que geralmente cuidam das famílias, da saúde, alimentação e em casa elas gerenciam a família e a água! Então é de extrema importância que isto seja valorizado em outras esferas de tomadas de decisão, como os conselhos de recursos hídricos, comitês de bacias hidrográficas e até mesmo pelos órgãos públicos”, afirma a coordenadora do projeto, Áurea da Silva Garcia.

O Projeto de Formação de Multiplicadores para Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental foi aprovado em 2012 e tem suporte do Programa Ecosystem Alliance (EA), da Wetlands Internacional, IUCN e Both ENDS.

A iniciativa abriu em junho de 2013 inscrições para um curso de extensão gratuito de 180 horas/aula de Gênero,

MELHOR CUIDAR DAS ÁGUAS

As mulheres geralmente são as mais atingidas pelas problemáticas relacionadas à água. Geralmente são elas quem gerenciam o precioso líquido nos lares mas nas instâncias de decisão e gerenciamento de recursos hídricos o equilíbrio de gênero ainda é preciso.

Água e Educação Ambiental com certificação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Com duração de seis meses, a extensão destinaria 100 vagas para alunos da Bacia do Alto Paraguai, onde está o Pantanal. Mas a parceria estabelecida com a UFMS permitiu ampliar para 150 vagas e incluir a participação de cursistas da Bacia do Paraná, atingindo todo Mato Grosso do Sul. “A formação ainda prevê a participação de lideranças da região de fronteira, principalmente do Paraguai, com as quais a Mupan já desenvolve ações desde 2009, por exemplo, com o Conselho de Águas da Bacia do Apa Paraguai”, afirma Áurea da Silva Garcia.

Além de estabelecer uma rede de parcerias com ongs, grupos e movimentos sociais, o projeto mapeia lideranças nas áreas de educação, saneamento, assistência social, saúde, direitos humanos, meio ambiente, planejamento, entre outras. A plataforma de ensino Moodle, disponibilizada pela UFMS, permite o ensino a distância de sete módulos: Educação a Distância (15 horas); Educação para o fortalecimento da participação (30 horas); Arcabouço legal de recursos hídricos e espaços de discussão e decisão (30 horas); Estado da arte da Educação Ambiental, Políticas Públicas e Participação (30 horas); Educação Ambiental como ferramenta para a constituição e organização de coletivos

(30 horas); Incorporação de Gênero nos espaços constituídos (30 horas); Sistematização de conhecimentos em Gênero, Água e EA (15 horas).

No último módulo os cursistas apresentarão relatos pessoais no Encontro de Encerramento, previsto para o primeiro semestre de 2014, quando será elaborado um documento base com estratégias para a incorporação das questões de gênero nos diversos espaços constituídos, principalmente nos de gerenciamento de recursos hídricos. Todas produções e documentos, inclusive os conteúdos das disciplinas também serão publicadas.

PORQUE GÊNERO, ÁGUA E EA?

No gerenciamento dos recursos hídricos ocorrem diferentes impactos para homens e mulheres. Em discussões, decisões e elaboração de propostas de melhoria de qualidade de vida envolvendo o gerenciamento da água homens e mulheres têm o mesmo direito. Buscando equilibrar a participação de lideranças nas diversas instâncias de gerenciamento de recursos hídricos, a formação da MUPAN e UFMS objetiva fortalecer o papel das mulheres, entendendo que, geralmente nos lares, elas são as primeiras a sofrer com escassez ou perda de qualidade da água, já que costumam gerenciar seu uso nas famílias.



**Gênero, Água
Educação Ambiental**
UFMS/Mupan/EA/UCN/Both-ENDS

NOVAS PRODUÇÕES EM GÊNERO

1) Material de apoio *Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo*.

2) Artigo: *Educomunicação para a autonomia, cidadania e felicidade: reflexões*, por Allison Ishy. Aprenda sobre os princípios e saiba como iniciar um processo de educomunicação para a melhoria da qualidade de vida, para promover a educação ambiental ou a qualidade de vida de sua comunidade.

3) Relato: *Eco comunicadores do Pantanal – Serra da Bodoquena*, por Anne Zugman, Gláucia Helena Fernandes Seixas e Marja Zattoni Milano. Conheça o Projeto Eco Comunicadores do Pantanal-Serra da Bodoquena, que objetiva reduzir as ameaças ao Pantanal e região da Serra da Bodoquena, em Mato Grosso do Sul, capacitando atores locais para a comunicação, participação social e investigação da realidade local.

4) Artigo: *Arcabouço legal de recursos hídricos e espaços de discussão e decisão para o cuidado com água*, por Synara Olenzki Broch. Entenda o sistema de gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil, sua legislação e o papel dos protagonistas na gestão das águas.



9) Relato: *Educação Ambiental no Ecoparque Cacimba da Saúde*, por Shirley da Silva Matias e Simone do Valle Leone Peinado. Relato das ações de educação ambiental desenvolvidas pela Prefeitura Municipal entre 2009 e 2010 no bairro Cervejaria, em Corumbá - MS, com a comunidade.

10) Relato: *Gênero, feminismo e Meio Ambiente: apontamentos e interlocuções*, por Alexandra Lopes da Costa. Relato pessoal da autora sobre sua trajetória como mulher, com impressões sobre o meio, construção de subjetividades, relações sociais e de gênero. A professora discorre também sobre a interlocução entre gênero e meio ambiente, um campo aberto e rico de pesquisa que merece ser explorado.

11) Relato: *Ensino, pesquisa e extensão nos campos teórico-políticos da sexualidade e gênero: desejo de 'desver' o mundo*, por Constantina Xavier Filha. A professora que atua no campo teórico-político de gênero e sexualidade com a poesia de Manoel de Barros nos apresenta suas experiências de ensino, pesquisa e extensão com a proposta de pensar e repensar o óbvio para desfrutar dos poucos momentos de ócio, bem como refletir sobre as principais referências em sexualidade e gênero.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, E ÁGUA

Acesse o site www.mupan.org.br e confira relatos e artigos inéditos, além de materiais de apoio de Educação Ambiental, Gênero e Água.

São as primeiras produções da equipe, cursistas e representantes de entidades convidadas do Projeto GAEA.

5) Relato: *Estado da arte dos recursos hídricos em Mato Grosso do Sul*, por Leonardo Sampaio Costa. Entenda como funciona a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado de Mato Grosso do Sul, um dos mais ricos em água e detentor de uma das maiores reservas de água doce superficial e subterrânea do país.

6) Relato: *Construção da Política Estadual de Educação Ambiental*, por Eliane Maria Garcia, Auristela Silva dos Santos, Andréa Carvalho Macieira, Heloisa Pincela Vasconcelos e Maria José Alves Martins. Conheça o processo de elaboração e implantação da Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (PEEA/MS).

7) Artigo: *Educação ambiental como ferramenta para a constituição e organização de coletivos*, por Patrícia L. Ortelhado, Shirley da Silva Matias e Simone do Valle L. Peinado. Conheça os Coletivos Educadores, uma proposta desenvolvida pelo Ministério de Meio Ambiente entre os anos de 2003 e 2008, para promover a articulação de grupos permanentes junto à população.



8) Relato: *O percurso do grupo de educadores brasileiros e paraguaios pelas águas fronteiriças do rio Apa*, por Patrícia Lima Ortelhado, Célia Cristina Azuaga. No ano de 2010 educadores e comunidade dos municípios de Bela Vista, no Brasil, e Bella Vista Norte, no Paraguai, em Mato Grosso do Sul, um processo de integração para fortalecer a educação ambiental e criou o Grupo de Educadores Ambientais Sem Fronteiras (GEASF).





MULHERES EM AÇÃO NO PANTANAL

Uma Ong de gênero e meio ambiente

Fundada em 20 de agosto de 2000, a Organização Não Governamental Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN) é formada por mulheres de colônias de pescadores, projetos de assentamentos, acampamentos, agentes de saúde, educadoras, profissionais liberais e lideranças comunitárias. Sua missão é propiciar a participação de mulheres como agentes multiplicadoras no contexto de gênero e meio ambiente, fortalecendo-as socialmente, economicamente e politicamente, promovendo desta forma a sustentabilidade.

Em 1997, com objetivo de estabelecer um planejamento integrado, iniciaram-se as discussões para elaborar o Projeto GEF Pantanal Alto Paraguai (ANA/GEF/PNUMA/OEA), com a coordenação da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com a Agência Nacional de Águas (ANA) e apoio do Global Environment Facility (GEF), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Assim, a Mupan nasce com apoio de um dos subprojetos do GEF Alto Paraguai, o de Fortalecimento e Desenvolvimento Institucional dos Consórcios Intermunicipais.

Desde a criação, a Mupan estabelece parcerias com redes, instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, para o desenvolvimento de ações proativas de formação e difusão de informações na Bacia do Alto Paraguai como: CAP-NET Brasil; Rede Aguapé; Aliança Gênero e Água; UFMS e Grupo de Pesquisa em Educação e Gestão Ambiental (CNPq/UFMS); Grupo de Pesquisa

de Água, Mulheres e Desenvolvimento (CNPq/UFOP); Núcleo de Ecomunicadores dos Matos; Rede Pantanal de ONGs e Movimentos Sociais; CASA, Ecosystem Grants Programme (EGP/IUCN NL); Ecosystem Alliance e outros.

Em 2012 foi aprovado o projeto de Formação de Multiplicadores para Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental, da Mupan em parceria com a UFMS, com apoio do Programa Ecosystem Alliance (EA).

OBJETIVOS DA MUPAN

- * Despertar a consciência feminina para a sua importância perante o meio ambiente, fortalecendo e fomentando a participação da mulher junto às questões socioambientais.
- * Defender e proteger o meio ambiente na busca de um desenvolvimento sustentável, utilizando como unidade de planejamento as bacias hidrográficas.
- * Aglutinar os setores sociais e econômicos envolvidos com a conservação, recuperação e proteção do meio ambiente, especial o Pantanal, ecossistemas associados e seus entornos, buscando a difusão de conceitos, métodos e execução de projetos.

FILIE-SE

Se você compartilha dos objetivos e missão da Mupan, filie-se enviando um e-mail para mupan.mupan@gmail.com e receba a ficha de associação. Você ainda pode acompanhar as ações e projetos da entidade no site www.mupan.org.br



REALIZAÇÃO:



APOIO:

